



POLÍTICA ESTADUAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS

Os governos, Federal e do Estado do Paraná investiram e investem muitos recursos para criar e manter a Hemorrede Pública de Bancos de Sangue (HEMEPAR). Porém, até bem pouco tempo, a política de repasse das cotas físico-orçamentárias do SUS para os serviços de hemoterapia e, conseqüentemente, da distribuição das bolsas de sangue aos hospitais públicos e conveniados ao SUS, priorizava a rede privada em detrimento da rede pública, contrariando a legislação vigente. Este modelo começou a ser modificado a partir de 2009, quando se iniciou o repasse destas cotas para a rede pública. Isto só ocorreu devido à mobilização da população e dos funcionários da rede HEMEPAR, levando as principais reivindicações para as Conferências de Saúde Municipais, Estadual e Nacional, bem como participando dos respectivos Conselhos de Saúde. Portanto:

- Considerando a Constituição Federal e os preceitos do SUS, principalmente no que se refere à contratação de serviços privados apenas para complementar a prestação de serviços, quando sua rede se mostra insuficiente;
- Considerando a Portaria 1737, de 19/08/04, que dispõe sobre o fornecimento de sangue e hemocomponentes no SUS no seu Artigo 1º - O sangue e os hemocomponentes obtidos pelo SUS diretamente nos serviços públicos ou privados contratados, serão destinados prioritariamente ao atendimento do próprio SUS;
§ 1º – Os serviços públicos de hemoterapia do SUS deverão ser capacitados e estruturados para atender integralmente à demanda de fornecimento de hemocomponentes para o próprio SUS;
§ 2º – A contratação pelo SUS de serviços privados para complementação da Rede Pública, somente será admitida quando comprovada pelo gestor local a insuficiência dos serviços públicos, devendo ser autorizada pelos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, **ouvido a Coordenação Estadual da Hemorrede;**
- Considerando a Deliberação nº 120/2007 CIB – Comissão Intergestores Bipartite Paraná, que aprovou a redução de 10% ao ano da Programação Físico Orçamentária dos serviços de hemoterapia privados com a respectiva absorção pela Hemorrede Pública Estadual;

- Considerando o grande investimento federal e estadual para estruturação e capacitação da Hemorrede Estadual;
- Considerando os dados apresentados pelo Ministério da Saúde (SIA e SIH - SUS) demonstrando que nas **coletas de sangue, a rede pública suplanta a privada, porém no que se refere ao percentual de transfusões, o público executa bem menos que o privado, o que reflete claramente a realidade do Estado onde os principais serviços de alta complexidade são atendidos pela rede privada;**
- Considerando a avaliação pela Hemorrede Pública Paranaense da sua capacidade em assumir os serviços **SUS**;
- Considerando as deliberações em anos anteriores, das Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Saúde em relação à priorização da Hemorrede Pública;
- Considerando a aprovação desta tese guia na 9ª Conferência Municipal de Saúde de Maringá.

Diante deste quadro, a 10ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná aprova a seguinte pauta de reivindicações:

- Que os Conselhos, Municipal e Estadual de Saúde, dentro de suas competências, tomem as providências necessárias para:
 - o Exigir o cumprimento da portaria 1737 de 19 de agosto de 2004 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o fornecimento de sangue e hemocomponentes no Sistema Único de Saúde – SUS;
 - o Ampliar a distribuição de hemocomponentes para os hospitais públicos, filantrópicos e conveniados ao SUS até atingir 100% dos pacientes SUS.
 - o Que o repasse anual das cotas do SUS dos bancos de sangue privados para a Hemorrede Pública, ocorra em relação ao total das cotas iniciais existentes em 2009 e não do total das cotas remanescentes anualmente, pois desta forma, serão necessários muitos anos para o repasse total.
 - o Fazer cumprir a RDC 151 de agosto de 2001 que em seu artigo 3º, inciso 5 dispõe sobre a coleta de sangue, vedando os bancos privados de realizarem coletas externas, sendo estas reservadas somente aos bancos de sangue públicos.

Curitiba, outubro de 2011